

A RELIGIÃO COMO ORGANIZADORA DA OPINIÃO PÚBLICA:

O papel das igrejas (*neo*)pentecostais na formação do *ethos* sociopolítico das periferias brasileiras

Rodrigo Barban de Andrade Dias

Resumo:

Este artigo busca analisar, ainda que superficialmente, as características para organização do espaço público que igrejas pentecostais e neopentecostais adquiriram na sociedade brasileira hodierna, em especial nas periferias desta sociedade, onde tais denominações apresentam os maiores percentuais de adeptos. Este “Estado de bem-estar informal”, como lido em Spyer, no qual tais vertentes do Cristianismo se mutaram, tem toda sorte de efeitos na formação das visões de mundo, da moral e, consequentemente, da política para mais de trinta porcento da população brasileira, e tudo indica que superarão o catolicismo até 2032. De uma idealizada separação entre Estado e Igreja, historicamente marcada na filosofia de Lutero e sua doutrina de Dois Reinos, até a “bancada evangélica” brasileira que se enamorou com a extrema direita do país, há muito a se compreender nesse fenômeno da vida espiritual nacional. Em aparente ironia, essas denominações se rebelaram e passaram a acessar sua herança histórica como igrejas protestantes que são, mostrando inconformismo com o escopo de atuação pública que se impôs à sua membresia, decidindo interferir no mundo físico em todos os níveis de sua organização.

Palavras-Chave:

Evangélicos. Formação política. Laicidade. Laicismo. Neopentecostalismo. Opinião pública. Pentecostalismo.

Abstract:

This article seeks to analyze, albeit superficially, the characteristics of organizing the public sphere that Pentecostal and neo-Pentecostal churches have acquired in today's Brazilian society, especially in the peripheries of this society where such denominations have the highest percentages of adherents. This “informal welfare state”, as read in Spyer, in which such strands of Christianity have mutated, has all sorts of effects on the formation of worldviews, morals and, consequently, politics, for more than thirty percent of the Brazilian population. And everything points that this number will surpass Catholicism by 2032. From an idealized separation between State and Church, historically marked in Luther's philosophy and the doctrine of Two Kingdoms, to the Brazilian “evangelical caucus” flirting with the country's extreme right, there is much to comprehend on this phenomenon of national spiritual life. In apparent irony, these denominations rebelled and accessed their historical heritage as Protestant churches, showing non-conformity with the scope of public engagement imposed to its membership, deciding to interfere in the physical world at all levels of its organization.

Keywords:

Evangelical. Laicism. Neo-Pentecostalism. Pentecostalism. Political formation. Public opinion. Secularism.

Introdução

(1) Um sistema de símbolos que atuam para (2) criar nos homens disposições de ânimo e motivações vigorosas, difusas e duradouras, (3) formulando concepções de uma ordem geral de existência e (4) revestindo estas concepções com tal aura de fatualidade que (5) as disposições de ânimo e motivações parecem singularmente realistas (Geertz *apud* Eller, 2018, p. 30).

É o que diz Geertz ao tentar descrever “o que é religião”. Claro: longe de ser a única definição a tentar esclarecer o que a religião é, provavelmente é a mais abrangente, porém está acompanhada por plethora de outros autores que se atreveram a delimitar essa faceta da experiência humana, como por exemplo E.B Taylor, James Frazer, William James, Émile Durkheim, Paul Radin, Anthony Wallace, Sherry Ortner e tantos outros (*ibid.*). Igualmente claro aos que já se debruçaram neste tema é que por mais precisa ou imprecisa que qualquer uma das definições ofertadas possa ser, nenhuma delas consegue universalizar a explicação da religiosidade em sua diversidade e riqueza atuais.

Para não evocar Luhmann levianamente, recorre-se a célebre dizer de George E. P. Box, estatístico inglês falecido em 2013: “todos os modelos estão errados, mas alguns são úteis”. Box criticava justamente a tendência de seus colegas em não reconhecer os limites dos modelos científicos ao representar a realidade. Todo modelo, por sua natureza intrinsecamente amostral, só pode se aproximar à realidade. Isto, nos melhores casos. Portanto, soa razoável dizer que religião é também isso, mas não só isso; pode ir além ou estar aquém, ou mesmo não atender a qualquer proposta elucidativa de sua natureza.

Seja como for, a religião é parte integral da vida de bilhões de pessoas ao redor do mundo e várias pesquisas sugerem que esse número só tende a crescer (The Changing, 2017). No caso brasileiro, o enfoque não poderia ser outro senão na religião cristã. Originalmente introduzida pelos colonizadores portugueses, foi a religião oficial do império brasileiro em sua expressão Católica Apostólica Romana, como visto no texto constitucional de 1824, art. 5º (Brasil, 1824). Menos de um século depois, no início da década de 1910, instalavam-se por aqui a primeira igreja da Congregação Cristã e, logo em seguida, a primeira igreja da Assembleia de Deus, marcando formalmente o início da vertente pentecostal no país (Mariano, 2014, p. 23).

Se “evangélicos” eram absoluta minoria no começo do século XX (até meados de 1980), no século XXI, a década de 2020 registra que são quase um terço do país e todas as

projeções indicam que comporão a religião dominante até o ano de 2032 (Spyer, 2020, pp. 72-74).

Por que isso importa? Como a profissão de uma dada fé, crença, credo, religião [...], pode ser fator a ser considerado na vida pública e política da nação brasileira ou de qualquer nação? Bem, nos EUA, os “evangélicos” votaram massivamente em Trump na eleição presidencial de 2016: 80% da população identificada com essa vertente o favoreceu. No Brasil, Bolsonaro foi eleito no segundo turno da corrida presidencial de 2018 com o apoio de 68% dos votos daqueles que se identificam com tal segmento da fé cristã (*ibid.*, p. 25).

A igreja “evangélica” (termo que será mais bem definido a seguir) não é apenas fundamental na compreensão da formação do pensamento político de parte expressiva da população: ela também se mutou essencialmente num “Estado de bem-estar social informal”, como aponta Spyer (*ibid.*, pp. 113-117).

Como se lê na obra supracitada, Ricardo Alexandre, jornalista e membro da Igreja Batista Água Viva, foi feliz em seu artigo para a revista *Carta Capital*, em 2014, ao escrever: “Dizer que ‘o voto dos evangélicos decidirá a eleição’ é tão estúpido quanto dizer a obviedade de que 22,2% dos brasileiros decidirão a eleição. [...]” (2014).

Tal espaço, que tanto serve para que comunidades – geralmente relegadas à própria sorte pelo Estado democrático de direito brasileiro e suas instituições – se encontrem, se articulem e se ajudem como para que sua membresia professe sua fé, não pode ser tratado pela Academia de maneira indiferente. Tampouco sugere-se aqui que isto está ocorrendo. Na verdade, há volume consistente de pesquisas das áreas das ciências humanas sobre o tema, especificamente no que tange à antropologia, à sociologia, às ciências políticas e áreas afins. Todavia, o que parece bastante incipiente, ainda hoje, é a divulgação científica dentro e fora da Academia, especialmente sobre as conclusões que tantos pesquisadores já embasaram, bem como um cotejo adequado da matriz de “opinião pública” deste recorte “evangélico” da população brasileira vs. “o resto” (que não se encontra no recorte anterior). Infelizmente, esta análise não pode ser executada neste artigo, quer seja pelo tempo, quer seja pela extensão.

Tentando evitar o pecado de incorrer nas mesmas conclusões açodadas e preconceitos que permeiam este debate público, aqui não se adiantam conclusões. Todavia, fica outra provocação de Ricardo Alexandre, no mesmo espaço já citado: “Assim como não existe ‘os evangélicos’ também não existe ‘os pentecostais’, nem ‘os assembleianos’ [...]” (2014). Será?

Crete ou evangélico? (Neo)Pentecostal ou Protestante?

É parte de qualquer trabalho científico o esmero em apresentar definições claras do(s) objeto(s) de estudo em questão, evitando, consequentemente, a ambiguidade e a imprecisão na comunicação.

Ao ingressar no estudo da religião protestante brasileira atual, o(a) pesquisador(a) tem que, desde muito cedo, se acostumar com a proliferação de termos que ora parecem sinônimos, ora se mostram muito distintos em suas cargas semânticas e acaba sendo uma característica histórica do protestantismo essa grande capacidade de transmutação em curto espaço de tempo. Assim, um termo que pode parecer estanque num dado período transforma-se numa polissemia logo em seguida.

Em primeiro lugar, num mundo repleto de religiões, credos e expressões de fé, cabe dizer que ao mencionar “Deus”, com letra maiúscula, este trabalho está a referenciar o deus que funda (e na qual se funda) a religião cristã atualmente praticada no Ocidente em especial. O nome próprio deste deus seria, segundo as Sagradas Escrituras, YHWH, Yahweh, Javé, ou ainda, Jeová (Britannica, 2023). Por simplicidade, se convencionará neste texto que Deus (com letra maiúscula) se refere à deidade supramencionada.

Em seguida, deve-se considerar os termos “protestante”, “protestante histórico(a)”, “pentecostal”, “neopentecostal”, “evangélico”, “crente” ... Para o leigo, é provável que tudo pareça sinônimo de “Cristianismo não católico”. E não chega a ser um erro, contudo, se tais termos convergem num sentido de cizânia com o Cristianismo católico do Império Romano, certamente essa convergência aumenta e diminui em função do tempo e do espaço em que cada palavra é empregada.

Não se pode arrogar a pretensão de uma profunda investigação vocabular em um artigo de extensão limitada, no entanto é preciso tentar clarificar no que se parecem e no que se distinguem tais termos – que logo se empregarão em toda a discussão proposta a seguir.

“Protestante” é tanto o indivíduo que professa a fé cristã numa denominação que tenha suas origens no rompimento com a Igreja Católica Apostólica Romana – mais claramente expressado na teologia de Martinho Lutero, no século XVI e, pouco depois, expandido em João Calvino – quanto é a denominação das igrejas que surgem desta cizânia. São exemplos de igrejas cristãs protestantes a igreja Batista, a igreja Quadrangular, a Assembleia de Deus e a igreja Universal do Reino de Deus – o enquadramento desta última

não ocorre sem atritos e suspeitas, cabe frisar – (Gonçalves, 2022). Ou seja: todas aquelas denominações que se afastaram da liturgia católica apostólica romana.

Quando se emprega “protestantes históricas”, normalmente refere-se às igrejas protestantes mais antigas, derivadas diretamente das vertentes da Reforma Protestante no séc. XVI (Luteranismo, Calvinismo e Anglicanismo) e que apresentam uma cosmovisão um tanto quanto secularizada do Cristianismo, tendendo à erudição de seu corpo eclesiástico, bem como a uma hermenêutica que privilegie a pregação dos textos bíblicos de maneira mais racional, com uma interpretação mais figurada das passagens sobrenaturais das Escrituras e que são recebidas como parábolas e alegorias (Spyer, 2020, p. 55). Alguns exemplos de denominações abrangidas neste conceito são as igrejas Batista, Presbiteriana e Metodista. Ainda, poder-se-ia incluir a Adventista do Sétimo Dia ou as Testemunhas de Jeová, mas estas seriam uma “segunda geração” do protestantismo histórico e há certa disputa sobre o grau de conformidade destas denominações com a definição do conceito exposto.

“Pentecostal” tanto pode ser o cristão que frequenta uma certa vertente de igreja protestante quanto pode ser a definição dessa denominação em si. No segundo caso, “pentecostal” é a igreja que interpreta a *Bíblia* por um diapasão derivado da narrativa do dia de Pentecostes. Tal história pode ser lida em “Atos”, mais especificamente no capítulo dois e versículos dois a vinte e um. É uma passagem em que Deus se manifesta aos fiéis por meio de vários acontecimentos fantásticos, incluindo labaredas de fogo, ventos impetuosos e o dom emprestado aos presentes para que falassem em línguas até então desconhecidas por estes. Igualmente importante para esse pentecostalismo *clássico* é a oposição ao catolicismo, ao sectarismo e ao ascetismo (Mariano, 2014, p. 29).

Como visto em Mariano (*ibid.*, pp. 28-32), o pentecostalismo ainda pode ser subdividido em três momentos históricos (1910, 1950 e 1975), contudo o que mais muda é a ênfase em qual aspecto “mágico” do Cristianismo cada lente interpretativa dará enfoque. Para as denominações mais antigas, o mais importante são os dons do Espírito Santo (o poder de profetizar, o “falar em línguas”), enquanto a segunda corrente se concentra nos dons de cura por meio da fé (agência divina); este segundo momento também é chamado de “deuteropentecostalismo”. O terceiro momento seria o momento neopentecostal. Seriam exemplos do primeiro momento do pentecostalismo as igrejas Congregação Cristã e a Assembleia de Deus; no segundo momento tem-se como exemplos a Quadrangular, a Brasil para Cristo e a Deus é Amor (*ibid.*).

“Neopentecostal”, enquanto definição da cosmovisão de igrejas como a Universal do Reino de Deus ou a Igreja Mundial da Graça de Deus, ou ainda a Renascer em Cristo – e tantas outras –, tem a ver com o terceiro momento do pentecostalismo, mas, mais contidamente, tem a ver com a ênfase em duas teologias (mais) caras para essas denominações: a Teologia da Prosperidade e a Teologia do Domínio (*ibid.* pp. 36-37). Começando pela última e de forma bem reducionista, a Teologia do Domínio propõe que o mundo é atualmente governado por Satanás, mas que é missão do fiel em Cristo combater tudo que é mundano e que não está a serviço de Deus e dominar a Terra, levando a palavra do Criador para todas as esferas de convívio social (*e.g.*: arranjo social das famílias, planos à educação, cultura e informação, negócios, assuntos de Estado[...]). Ainda em reducionismo, a Teologia da Prosperidade afirma que Deus construiu o mundo originalmente para que fosse o paraíso de seus filhos e que Ele quer a felicidade de sua criação aqui e agora, e não na posteridade da vida eterna. Capturar a síntese dessas duas teologias é fundamental para o debate que se quer fomentar neste artigo.

Também é digno de nota que essa definição de “neopentecostal”, com base na adoção do binômio teológico citado, pode funcionar academicamente, porém, na prática, é de pouca utilidade, pois muitas denominações do protestantismo dito “histórico” vêm flexibilizando suas doutrinas e incorporando as “fórmulas de sucesso” das denominações originalmente classificadas como neopentecostais, visando a reter e expandir sua membresia atual.

“Evangélico”, como explica Spyer (2020, pp. 50-56), é termo polissêmico, pois já foi clara a diferenciação entre “evangélicos” (pentecostais) e “protestantes” (históricos), contudo é cada vez menor a distância entre esses grupos. Com efeito, convencionou-se utilizar “evangélico” como sinônimo de “pentecostal” e até “neopentecostal”. Na obra em comento, por exemplo, o autor discorda do uso restritivo original e utiliza “evangélico” como termo que engloba todo o protestantismo, histórico ou (neo)pentecostal (*ibid.*, p. 54).

Por fim, “crente” pode ser um sinônimo de “evangélico” e parte das membresias de denominações mais antigas até se autodenominam deste modo (*ibid.*), todavia, a carga pejorativa no termo é bem conhecida, sendo que o termo “crente” acaba quase sempre referenciando o estereótipo do sujeito pobre e alienado, incapaz de existir para além dos espaços ocupados por sua igreja e sua comunidade evangélica.

Nesta breve exposição, buscou-se aumentar a clareza sobre a terminologia empregada no tema para que se compreenda melhor a dimensão do efeito de “organização da opinião pública” que igrejas podem ter nas sociedades e comunidades em que se instalaram.

Neopentecostal: a religião de pretos e pobres do Brasil

“Eles eram um grupo minúsculo, pobre, negro e predominantemente composto por mulheres – a própria escória da humanidade”, que se instalou em uma igreja abandonada em Los Angeles, conta Ryrie. Percebendo essa mistura de influências, um pastor de uma igreja vizinha à da Rua Azusa, em Los Angeles, classificou o tipo de culto realizado por esses primeiros pentecostais como sendo “uma fusão nojenta de superstição vudu africana e insanidade caucasiana” (Spyer, 2020, p. 147).

Com essas palavras, Spyer narra o que se tem como marco fundador do pentecostalismo e que ocorreu nos EUA logo no começo dos anos 1900. A *Encyclopédia do Protestantismo* atribui o fato histórico para William James Seymour (1870-1922), um homem de cor preta, conforme aduz o mesmo autor.

“[...]Quem entra em uma igreja pentecostal pode notar elementos da religiosidade afro, por exemplo, na oralidade da liturgia e na teologia, na substituição de conceitos abstratos por testemunhos, e na recorrência do uso de descrições e cantos” (*ibid.*, pp. 147-148). Segundo a obra, o próprio conflito aberto entre pentecostais e religiões de matriz afro, muito mais exacerbado aqui do que entre as últimas e protestantes históricas ou mesmo o catolicismo – que tem clara participação no extermínio de parte desses povos e culturas, ao longo de toda a expansão marítima europeia –, pode ser justamente explicado pela incorporação dessa matriz afro no pentecostalismo. Ao invés de rebaixar as crenças daquelas religiões ao nível de folclore ou mitos, as religiões pentecostais, e especialmente as neopentecostais, promovem a incorporação das entidades afro, transformando suas deidades em demônios que devem ser combatidos, porquanto impedem a prosperidade e a felicidade do fiel (neo)pentecostal (*ibid.*).

Em outro momento, David Martin (*apud.* Spyer, 2020, p. 57) aduz que

[...] [a religião pentecostal] é uma religião ‘pregada em linguagem simples com exemplos simples por pessoas simples para pessoas simples’. Não causa surpresa, portanto, que quase um terço dos pentecostais brasileiros viva em situação de pobreza aguda [...] e sejam predominantemente (60%) negros ou pardos.

Segue o autor (2020, p. 58) acrescentando que

[...] milhares de trabalhadores rurais analfabetos se transferiram do interior do Nordeste para as periferias urbanas do Brasil e, fazendo isso, se distanciaram fisicamente de redes de ajuda mútua dentro dos espaços familiares. [...] uma das características dessas igrejas é proporcionar uma nova rede de relacionamentos a esses migrantes. [...]

De espaços consagrados à oração e à profissão da fé, as igrejas protestantes pentecostais se especializaram em espaços de organização da sociedade em suas cercanias.

O Estado de bem-estar informal e a doutrinação para a prosperidade

Uma das acusações mais frequentes, [...] é que eles [os evangélicos] não fazem o que pregam por não praticarem a caridade cristã. [...] Cristo viveu para ajudar o próximo, enquanto o evangélico ajuda apenas a si mesmo, a outros evangélicos e seus parentes. [...] No protestantismo, a ajuda verdadeira que pode ser dada a outra pessoa é que ela se torne cristã. Ele [pastor Claudio Moura] explica: “As virtudes mais admiradas pelos católicos são as boas obras. Entre nós, evangélicos, é a confissão pública da fé” (Spyer, 2020, pp. 113-115).

Conforme explica Spyer, acima, a crítica pública a um certo “elitismo” das comunidades evangélicas não se furga em empregar uma ótica católica do que é a caridade e a humildade, nem do que são as virtudes de um “verdadeiro cristão”. Majoritariamente fundado nas doutrinas Luteranas, Anglicanas e Calvinistas da tradição protestante, o indivíduo assume lugar central no conceito de “virtude cristã” para o pentecostalismo.

Tão bem retrata Max Weber, no seu clássico “A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo” (2004, pp. 87-99), como o protestantismo molda essa ética de salvação em torno do indivíduo e não mais em torno do grupo social. Em especial, a doutrina Calvinista da *predestinação* – em que Deus, desde o início dos tempos, já havia eleito os predestinados à salvação eterna, bem como escolhido os condenados à danação eterna – leva o fiel a considerar que os sinais de sua eleição surgirão para si, especialmente em suas ações cotidianas, que glorifiquem a obra divina ainda neste mundo. “O trabalho social do calvinista no mundo é exclusivamente trabalho *in majorem Dei gloriā* [para aumentar a glória de Deus].” (*ibid.*, p. 99, grifos no original).

Se, por um lado, não se deve olvidar que a maioria das denominações pentecostais descendem do pensamento reformista em Lutero e que este arcabouço não se escorou na *predestinação* como dogma (*ibid.*, p. 93), igualmente não se pode ignorar a natureza porosa da fundação teológica dessas vertentes, bem como o intenso (e, por vezes, constante) trânsito de suas membresias por dentre as várias igrejas do protestantismo (incluindo as históricas).

Tais características, aliadas ao modo de produção capitalista e ao forte caráter ascético – ao menos, na origem do protestantismo – são o alicerce para a fundação da Teologia da Prosperidade, ainda que, como lembra Mariano (2014, p. 168), tal teologia contraponha-se frontalmente à lógica Calvinista de que este mundo e toda sua obra servem para a glória de Deus, colocando o fiel neopentecostal que oferta à igreja como um “credor de Deus”.

Porém, antes de atingir a prosperidade e para além do trabalho evangelizante, as igrejas (neo)pentecostais são centros de sociedade civil em sua região – via de regra, periférica. Como narra Spyer (2020, pp. 115-117), a ajuda no protestantismo só vem, em primeiríssimo e inadiável lugar, pela conversão do indivíduo à fé cristã. “O sofrimento só pode ser sanado quando se aceita a Jesus como senhor e salvador pela cerimônia do batismo.” (*ibid.*). Uma vez incluídos nessas sociedades civis (ou seja, nas igrejas), os fiéis passam a contar com redes de ajuda que vão de itens de consumo diário a serviços especializados, por exemplo, com ajuda para reinserção no mercado de trabalho, pela distribuição de cestas básicas, com a conexão entre fiéis e profissionais comumente distantes de grupos carentes, como advogados e médicos especialistas, e tantas outras formas de apoio que o cidadão periférico não batizado teria muita dificuldade de obter, se é que conseguia por si só.

Evidente que o abandono do Estado brasileiro em relação a essas populações é condição *sine qua non* para o sucesso da igreja (neo)pentecostal no país. Isto não é o mesmo que afirmar que não haveria pentecostalismo se houvesse assistência social estatal de qualidade; certamente haveria a igreja. Por outro lado, o motivo de seu estrondoso sucesso e acelerado crescimento advém, no primeiro momento, pela desassistência do Estado àquelas sociedades onde se instala o (neo)pentecostalismo e pela observação do indivíduo que ainda não frequenta aquele espaço quanto ao tipo de rede de ajuda e bem-estar social de que sua membresia goza.

Se parece frívola a motivação para o ingresso na religião por parte do convertido e ainda mais questionável no mérito que a religião se aproprie dessas funções de característica precipuamente material na forma de assistencialismo para converter e solidificar sua membresia, a lição de Almeida e Bittar se torna fundamental para o debate:

No mundo contemporâneo, na visão da *riqueza-pobre*, a *pobreza* é a qualidade do *não consumidor*, e, portanto, na visão do sociólogo Zygmunt Bauman, aí está a sua *frágil condição hodierna*, como pertencente a uma classe social deslocada do universo de consumo, o que torna o *pobre* um *pária* da sociedade de consumo. O *pobre*, como não consumidor de mercadorias, é destituído da *cidadania reificada* de nossos tempos, e, por isso, perdemos a capacidade de respeitar a *integridade moral* de cada qual. [...] (2021, p. 825, grifos no original).

A Teologia da Prosperidade constrói sua lógica por sobre o dogma de que Deus predestina seus filhos à grandeza e de que estes, por meio de suas ações, glorificam o Criador, não só na moral que envergam ou na liturgia que praticam, mas em suas atividades diárias, na sociedade, no mercado de trabalho e mesmo na política. Tal teologia reinterpreta, todavia, a

ideia Calvinista de que alguns foram marcados desde a criação do universo para a salvação, enquanto outros foram relegados à danação. Nesta teologia, o indivíduo é central para Deus, que abençoará, nesta vida e na próxima, todo aquele que proclamar Seu nome e se aventurar a atingir a glória e o sucesso neste plano – em especial, o sucesso material.

Com o cidadão pobre e marginalizado sendo o principal formador da demografia dessas vertentes (mas de modo algum o único) e convencido dogmaticamente de que não precisa de nada além de sua fé inabalável e disciplina rígida para conquistar tudo – nesta vida e no além –, o choque entre igrejas evangélicas e a dita “Esquerda política” nacional parece inevitável, até porque parte expressiva desta Esquerda nasce na Igreja Católica.

O pobre que não sabe o seu lugar vs. a imposição dos valores evangélicos contra todos

Como lido em Spyer (2020, p. 89):

[...] Diferente de outros grupos da sociedade que aceitam ou se resignam a serem vistos como mais frágeis, os evangélicos geralmente não falam de si como vítimas do sistema, e essa rebeldia é um dos motivos para que intelectuais que se colocam como porta-vozes de indígenas, quilombolas e mesmo de pobres urbanos, terem [sic] uma antipatia por eles, que dispensam essa intermediação para assumir a responsabilidade por se colocar na sociedade e interagir com ela.

Mais à frente (*ibid.*, p. 174, grifos no original):

Em geral, conforme a explicação de Dutra registra, a esquerda progressista tende a rechaçar *a priori* a chamada “teologia da prosperidade” em vez de reinterpretar seu sentido. [...] seria interpretada segundo uma leitura político-econômica desse fenômeno, como uma versão religiosa da ideologia neoliberal. [...] ao não querer conhecer e entender o que leva as pessoas a abraçar [sic] o pentecostalismo ou o neopentecostalismo, a esquerda fecha os olhos “para as incontáveis variações e combinações que [a teologia da prosperidade] sofre na prática das igrejas, sendo, em muitos casos, acoplada a visões e práticas de solidariedade e ajuda mútua [...].”

Não deixa de causar certa surpresa o fato de que o partido que mais representa a dita “Esquerda progressista” no plano nacional, o Partido dos Trabalhadores (PT), tenha sido gestado justamente dentro dos movimentos sociais iniciados nas igrejas brasileiras, só que, neste caso, nos movimentos da igreja Católica. Como visto em Angelozzi (2017, pp. 191-192):

No princípio, as Comunidades Eclesiais de Base [CEB] e a Pastoral Operária foram fundamentais na estruturação do partido porque permitiam que surgisse uma representação do PT nos lugares mais isolados do país. Além das representações de base associam-se também intelectuais católicos, como frei Betto, a ex-freira Irma Passoni e o ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio. Uniu-se também ao partido uma elite acadêmica formada por professores universitários e membros da classe artística, como Paulo Freire, Marilena Chauí, Emir Sader, Nilson Moraes e Elis Regina.

De certo modo, sobra a suspeita de que certas lógicas que regem essa animosidade entre “Esquerda” (termo quase tão polissêmico quanto “evangélico”) e evangélicos e que já se discutiu aqui (p. 8) ocorrem, em alguma medida, porque se empregam lentes ideológicas fundadas na moral católica para criticar o movimento (neo)pentecostal. Tendo em vista que o principal partido “de Esquerda” do país nasce no seio de movimentos sociais pautados pela teologia católica dos anos 1970 em diante, especialmente a Teologia da Libertação que dialoga profundamente com o materialismo histórico Marxista, os ecos desse choque ideológico se mostram presentes ainda nos dias de hoje.

Nada disso é aventado e indagado enquanto se ignora que os valores morais e culturais ensejados por parte de muitas correntes evangélicas se contrapõem de maneira irreconciliável com o pensamento progressista e humanista hodierno.

São muitos os conflitos que inclusive superam aspectos meramente morais, como, por exemplo, o risco ao meio ambiente, como contado por Spyer (2020, p. 215, grifos no original):

[A] Teologia da Prosperidade produz um *loop* (ciclo) que amplia a destruição ambiental: a desordem climática leva a mais deslocamentos humanos para áreas florestais [...] e o protestantismo evangélico emerge nesses espaços para confortar essa população [...] [prometendo uma vida] próspera economicamente, por via de queimadas para ocupar terras e pela extração da madeira. [...]

Igualmente, direitos das comunidades indígenas (ou nativas) também correm risco porque, para algumas denominações evangélicas, comunidades indígenas que optaram pelo isolamento estariam impedindo a volta de Jesus Cristo, que só retornará quando todos os homens e mulheres tiverem sido evangelizados (*ibid.*). Outras questionam seu estilo de vida “primitivo”, alegando que tal estilo coloca em risco a vida de crianças e que, por isto, devem sofrer intervenção por parte da “civilização” (*ibid.*, p. 216).

De modo geral, é razoável afirmar que há um grave problema de interpretação escatológica em boa parte das doutrinas evangélicas quando isso resvala na responsabilidade de cada um para com o planeta. Como se lê em Spyer: “[...] A ideia de que estamos nos aproximando do fim dos tempos e que este mundo em que vivemos será destruído e depois Deus fará um novo céu e uma nova Terra leva muitas pessoas a acreditar que não vale a pena tentar melhorar o planeta, porque será inútil.” (*ibid.*, p. 220).

Claro, ainda há toda a discussão da interferência dos valores morais cristãos sobre a vida privada de mulheres e a questão do aborto; entre homoafetivos e a questão do casamento ou da adoção; eutanásia; pesquisa científica envolvendo embriões... Toda a

imensa e conhecida lista de embates ideológicos entre cristãos (e não só evangélicos, já que católicos e mesmo outros religiosos [como, por exemplo, islâmicos] cerrariam filas ao lado do primeiro grupo em vários temas, se é que não sustentariam posições ainda mais radicais).

Mas, objetivamente, esta não é a discussão relevante para este artigo, porque não se trata aqui de comparar se a moral evangélica é mais digna ou menos digna de pautar a construção social e legislativa do Estado brasileiro do que outros arcabouços morais que, eventualmente, não partam de uma construção teológica de seus valores e dogmas. Aqui, o objetivo sempre foi o de demonstrar os elementos históricos, formativos, teológicos, dogmáticos [...] a guiar a vida do cristão (em especial, o evangélico, posto que é o grupo numericamente mais expressivo na vida política nacional hodierna).

Se a democracia é, como dito por Silva (2011), um “tripé” de: 1) garantia de liberdades individuais; 2) garantia à sociedade contra o abuso dessas liberdades por um ou uns e, finalmente; 3) garantia à dignidade individual, protegendo os valores personalíssimos de cada ser humano; também é certo que a dignidade do cidadão cristão envolve a possibilidade de que ele tenha uma vida pública e privada pautada por seus valores religiosos e morais. O mesmo se diz e se espera para aqueles(as) que não partilham dessa fé.

Há, portanto, um aparente conflito de direitos fundamentais que precisará ser resolvido tanto na esfera política, quanto – eventualmente – na esfera jurídica. A diferença de forças na disputa parece cristalizar no aspecto organizacional: um dos grupos sociais está habilmente organizado em volta de valores relativamente coesos para seus representados; o outro está disperso e, por vezes, desperdiçando suas energias no embate com outros segmentos sociais que muitas vezes não têm divergências no *macro*, mas somente no *micro*.

Como provação final deste tópico, registra-se o que vai no pequeno, porém ruidoso, manifesto “A religião sob suspeita: laicismo e laicidade”, de Francisco Santamaría, comentado e adaptado para publicação no Brasil pelo polêmico professor Ives Gandra da Silva Martins:

[...] as religiões comportam uma série de consequências e obrigações que vão além do recinto íntimo da consciência pessoal. Podem estabelecer para seus fiéis normas sobre a comida, a higiene, os lugares de culto, o modo de vestir, de casar-se, de descansar, etc. [...] Os conflitos surgem porque a religiosidade possui uma dimensão externa [...]. Permitir a liberdade de seguir determinada religião sem admitir os aspectos exteriores da prática religiosa equivale pouco mais ou menos a não permitir nada. [...] Reclamar que os espaços públicos sejam religiosamente assépticos equivale em última análise a dar prioridade à descrença sobre as crenças. (2013, pp. 21-23)

Conclusão

Chegar ao final deste artigo sem propor sequer uma hipótese de solução para o atrito sempre crescente entre evangélicos e “não-evangélicos” – embora já se tenha denunciado o equívoco de pensar que aquele primeiro grupo domine a bandeira conservadora (muitos rotulariam de “reacionária”) na política nacional e na sociedade civil – é um tanto quanto frustrante. Por outro lado, quanta arrogância recairia sobre o autor deste artigo se ousasse supor que poderia propor alguma fórmula realista e abrangente a sanar tamanho descompasso de visões de mundo e valores básicos, via alguns esboços de ideias registrados num punhado de páginas. E – imagine-se – desejar que tudo isso ainda fosse imediatamente aplicável aos grupos envolvidos no atual embate ideológico em commento...

Chega a ser irônico considerar que alguns importantes autores “profetizaram” que as sociedades ocidentais se encontravam num inexorável processo de secularização, porquanto a razão suplantaria a fé em todos os campos da vida humana. Pouco mais de um século depois da marca que inaugura a segunda revolução industrial, a religião está em alta e a razão está sob ataque inédito – até mesmo por parte dos que “prometeram servi-la”. Não é que se acredite que a solidificação de uma signifique a extinção da outra, mas foi assim que se retratou o futuro.

A religião ainda é a resposta mais completa para lidar com a contingência em que se resume a vida da esmagadora maioria da população mundial que, marginalizada do mercado consumo, da produção cultural, do controle sobre os meios de produção [...], escuta daqueles que dominam tais aspectos centrais à vida moderna que seus valores, crenças e esperanças são ou ignorância ou maldade. Na loucura do “mundo líquido” delineado em Bauman, as promessas de Deus são a única certeza diante de uma vida marcada pela incerteza e pela falta.

Por outro lado, o argumento de encerramento, até aqui, soa por demais condescendente, o que não é decerto a intenção verdadeira. Seria contrariar exatamente o que vai no cerne do movimento evangélico: o resgate da dignidade de seu fiel. O resgate dessa dignidade se dá, primeiro, por resgatar sua agência: ele não é uma vítima da sociedade ou das mazelas do capitalismo, mas, muito pelo contrário, é ungido pelo Deus, todo-poderoso, para realizar coisas grandes e honrar e glorificar a obra do Criador. De espectador passivo da própria história, sujeito à toda sorte de forças, se torna autor empoderado de sua biografia. Tão empoderado que está autorizado e preparado para enfrentar o próprio Lúcifer. E não em

sentido figurado. O Príncipe do Mundo o assediou, porém, agora, batizado nas águas ungidas por um Deus que opera milagres tão grandiosos quanto aqueles tantos narrados na *Bíblia*, ainda nos dias de hoje, este cristão está autorizado pelo Senhor a expulsar o Diabo de sua vida, de sua casa, de sua família e de todos os lugares em que ele se fizer presente. Como não se sentir dignificado?

Num prisma tanto quanto mais material, a vida dos pobres efetivamente melhora – e que se frise mais uma vez: os pobres estão longe de ser o único público das denominações (neo)pentecostais, no entanto são certamente o maior.

De largada, em famílias tradicionalmente constituídas, o homem deixa de frequentar ambientes em que anteriormente sabotava seu parco orçamento (*e.g.*: bares, quadras, ambientes voltados ao consumo de entorpecentes etc.). Em seguida, não consumindo mais drogas lícitas e/ou ilícitas, deixa de agredir fisicamente sua esposa. Depois, pelo binômio do sectarismo e ascetismo – binômio nem sempre presente na teologia de todas as denominações, cabe a ressalva –, passa a entender que tem funções claras e depositadas em si pelo próprio Deus: não se distrair com o mundano; trabalhar arduamente para glorificar a dádiva divina da vida e o presente da criação deste mundo que, embora corrompido, deve ser recuperado para o Criador; dar provas de que é um dos eleitos por Deus para a salvação.

A mulher, por sua vez, aprende a empreender e gerar certa autonomia financeira para que possa cuidar do lar, enquanto seu marido – caso ainda esteja com ela – se recupera do que lhe afetava. Cabe lembrar que normalmente a mulher é a primeira a fazer a conversão ao (neo)pentecostalismo, levando seu marido em seguida – o oposto é mais raro.

Os filhos, agora com um lar minimamente estruturado (em contraposição ao momento anterior), passam a frequentar escolas, no plural. Se não houver recursos, a escola pública, mas, se for possível, a particular. Depois, as escolas e eventos culturais no seio da igreja que frequentam. As aulas de instrumentos musicais e música gospel. Os esportes, as competições. Famílias evangélicas investem mais na educação dos filhos do que seus vizinhos não-evangélicos.

Pensando em tudo isso e tanto mais, não é exatamente difícil imaginar por que as igrejas (neo)pentecostais estão crescendo no Brasil, especialmente nas regiões periféricas do país. Junto com esse pacote de resgate da dignidade e de investimentos em si e na família nuclear, os pobres, agora convertidos, prosperam e crescem. E os demais observam.

Porém, soldado ao pacote de mudanças na vida também surgem teologias que induzem a membresia a considerar uma superioridade moral e um triunfalismo que tende a inviabilizar a tolerância e a convivência com não-convertidos. Creem que são todos eles eleitos por Deus para a glória (a imediata [material] e a eterna [salvação]); creem que o mundo está eivado em pecado e que eles devem consagrá-lo de volta para Deus; creem que tudo o que não vem da igreja muito provavelmente vem do Diabo; creem que qualquer interpretação mais racional e secular da *Bíblia* é uma ofensa direta à onipotência de um Deus vivo, miraculoso e que tem tanta interação com seus filhos e realiza tantos milagres observáveis no tempo presente, como o tinha e o fez nos tempos bíblicos narrados nas Sagradas Escrituras.

Denominações mais radicais ainda entendem que este mundo está fadado à destruição, enquanto outras entendem que Jesus Cristo só voltará quando esses escolhidos tiverem convertido todos os seres humanos por meio da pregação do evangelho. Com tantos conflitos aparentes e outros ainda mais profundos, o choque entre correntes ditas progressistas (outra palavra que quase sempre carece de esclarecimento) e correntes evangélicas é nítido e transborda na vida pública, bem como na vida política do país.

Seja qual for a resposta “certa” para lidar com esse conflito que luta pela alma do coletivo, das leis e do próprio Estado, a solução ideal certamente não envolve a aniquilação – intelectual ou existencial – de qualquer dos lados. Tampouco passa pela continuidade da presente relação social entre as partes que seguem forçando uma segregação artificial de espaços de convivência, debates, objetivos e políticas públicas. Seja qual for a resposta “certa”, arroga-se o direito de dizer que ela vem, primeiro, pela compreensão do “lugar do outro”. O lugar de fala, a visão de mundo, a formação do caráter e a história de vida.

Nesse sentido, este artigo aspira a ser mais uma fagulha a iluminar o início da jornada de seu leitor que, eventualmente, jamais tenha considerado os argumentos e fatos aqui narrados sobre o “outro lado”, lado que não costuma se fazer ouvir na Academia. Se o leitor já conhecia o que aqui se expôs, os sinais de esperança numa solução civilizada para o futuro da política e da sociedade brasileira passam a ter mais razão de ser.

Referências

- ALEXANDRE, Ricardo. Afinal, quem são os “evangélicos”? **Carta Capital**. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/afinal-quem-sao-201cos-evangelicos201d-2053>>. Acesso em: 25 nov. 2023.
- ALMEIDA, Guilherme Assis de; BITTAR Eduardo C. B. **Curso de Filosofia do Direito**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- ANGELOZZI, Gilberto Aparecido. **Igreja, Estado e Poder**: as relações entre a Igreja e o Estado no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- BRASIL, **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Coleção das Leis do Império do Brasil, 1824. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 25 nov. 2023.
- BRITANNICA, Os Editores da. **Yahweh**. Encyclopedia Britannica, 2023. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Yahweh>>. Acesso em: 27 nov. 2023.
- ELLER, Jack David. **Introdução à antropologia da religião**. Tradução de Gentil Avelino Titton. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.
- GONÇALVES, Alonso. **Evangélicos ou Protestantes?**. Religião e Poder. 2022. Disponível em: <<https://religiaoepoder.org.br/artigo/evangelicos-ou-protestantes/>>. Acesso em: 27 nov. 2023.
- MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- SANTAMARÍA, Francisco. **A religião sob suspeita**: laicismo e laicidade. Tradução de Emérico da Gama. São Paulo: Quadrante, 2013.
- SILVA, Michel Mascarenhas. **A democracia moderna e o princípio republicano**: uma imbricação necessária para a proteção do interesse público. Jus.com.br. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19671/a-democracia-moderna-e-o-princípio-republicano>>. Acesso em: 14 dez. 2023.
- SPYER, Juliano. **Povo de Deus**: Quem são os evangélicos e por que eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2020.
- THE CHANGING Global Religious Landscape. Pew Research Center. 2017. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/religion/2017/04/05/the-changing-global-religious-landscape>>. Acesso em: 25 nov. 2023.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.